

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.935 - SP (2019/0217808-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CINTIA DE MORAES SANTOS
ADVOGADO : FLÁVIO GALVANINE - SP283191
AGRAVADO : FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA
ADVOGADOS : JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM - SP076921
HELVÉCIO FRANCO MAIA JUNIOR - MG077467
PATRICIA PILO BITTENCOURT REDIG - MG076584
JÚLIA RENAULT COELHO DA SILVA PEREIRA E OUTRO(S) -
MG150556

EMENTA

INDENIZATÓRIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INTIMAÇÃO PARA ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. INÉRCIA. PRECLUSÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA Nº 83 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

CINTIA DE MORAES SANTOS (CINTIA) ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra FIAT AUTOMOVEIS S.A. (FIAT), tendo por objeto veículo adquirido à demandada.

A sentença extinguiu o feito em relação ao pedido de indenização material e julgou improcedente o pedido de indenização moral.

CINTIA interpôs apelação assim apreciada pelo Tribunal estadual:

Bem móvel. Alegação de aquisição de veículo com defeitos ocultos. Decadência reconhecida em primeiro grau com fundamento na disposição contida no art. 26, § 3º, do CDC. Inaplicabilidade. Ação de indenização que fica somente subordinada a eventual prescrição, conforme art. 27 do CDC. Mérito examinado por força do que dispõe o art. 1.013, § 4º, do CPC/2015. Autora que não se desincumbiu do ônus de comprovar as alegações que fez na exordial, que se tornaram controvertidas com a contestação. Silêncio em relação à decisão interlocutória que concitou as partes a especificar as provas. Recurso improvido (e-STJ, fl. 158).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 168/172).

CINTIA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, onde alegou violação do art. 319, VI, do NCPC e dissídio jurisprudencial ao fundamento de cerceamento de sua defesa, pois não ocorre a preclusão para produzir prova pelo não atendimento de despacho, se houve o protesto para sua produção na petição inicial.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 194/211).

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência dos preceitos legais arrolados; (2) se aplicar a Súmula nº 7 do STJ; (3) o dissídio jurisprudencial não ficou configurado.

CINTIA ingressou com agravo em recurso especial sustentando que (1) foi demonstrada a violação dos artigos indicados. (2) a divergência ficou comprovada e (3) não se aplica a Súmula nº 7 do STJ.

Foi apresentada contraminuta.

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da violação do art. 319, VI, do NCPC

A Corte local assim consignou em seu voto-condutor:

Afirmou a autora que o automóvel que adquiriu da empresa ré apresentou vício oculto, tendo parado de funcionar e, avaliado pela concessionária Fiat, teria sido constatado que o cabeçote do motor estaria trincado e que a substituição dessa parte não estava coberta pela garantia.

Tendo obtido a informação de que a vida útil dessa parte seria de aproximadamente 500 mil km, pleiteou indenizações por supostos danos materiais e morais.

Superior Tribunal de Justiça

A ré impugnou tal fato, afirmando que a autora não apresentou nenhum documento que demonstrasse, ainda que minimamente, o alegado dano (fl. 71).

O juízo concitou as partes a apontar, de maneira clara e sucinta, as questões de fato e direito que seriam pertinentes para o julgamento da lide e advertiu:

“O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias.”

A empresa ré apresentou a petição de fls. 104/106.

A autora permaneceu em silêncio, conforme certidão de fl. 107.

Tendo sido encerrada a fase probatória, a autora não se desincumbiu do ônus de provar que o veículo, de fato, apresentava o dano descrito na exordial (e-STJ, fl. 60/61).

O entendimento firmado no acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência mais atual e dominante desta Corte acerca da questão:

Confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO PARA ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS APÓS A FIXAÇÃO DOS PONTOS CONTROVERTIDOS. INÉRCIA DA PARTE. PRECLUSÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O requerimento de provas é dividido em duas fases, quais sejam, na petição inicial, onde é feito protesto genérico sobre as provas, e após eventual contestação, momento em que a matéria controvertida está delineada. Todavia, entende-se precluso o direito da parte requerer prova na hipótese em que não reiterar a pretensão de produzi-la quando intimada para tanto. Precedentes. Acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência desta Corte. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 656.901/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 20/08/2015, DJe 04/09/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PROVA DE CONDUTA CULPOSA DO REQUERIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. PARTE QUE EXPRESSAMENTE DISPENSA MAIOR DILAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PROBATÓRIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADO DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2. Esta Corte já firmou entendimento que preclui o direito à prova se a parte, intimada para especificar as que pretendia produzir, não se manifesta oportunamente, e a preclusão ocorre mesmo que haja pedido de produção de provas na inicial ou na contestação, mas a parte silencia na fase de especificação. 3. Registra-se que é entendimento desta Corte quanto à impossibilidade de análise do dissídio apoiado em fatos e não na interpretação do direito, como se verifica no presente caso, em que houve expressa dispensa da prova requerida na inicial. 4. O presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado que não conheceu do recurso especial, devendo ser ele mantido pelos seus próprios fundamentos. 5. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 645.985/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016)

Incide a Súmula nº 83 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator